



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE DOS FUNDAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

ALICE BIRMAN CAVALCANTI¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo abordar a importância do debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos para o Serviço Social. Ressaltamos a importância da teoria social de Marx para garantir o compromisso com o projeto ético-político profissional, e ressaltamos também os desafios impostos pela racionalidade formal-abstrata, hegemônica no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave: Serviço Social; fundamentos; teoria social.

ABSTRACT:

This paper aims to address the importance of discussing the theoretical-methodological foundations of Social Work. We emphasize the significance of Marx's social theory in ensuring commitment to the professional ethical-political project, and we also highlight the challenges posed by formal-abstract rationality, which is hegemonic in the current stage of capitalist development.

Keywords: Social work; fundamentals; social theory.

I INTRODUÇÃO

Enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, fruto da especialização do trabalho coletivo na era do capitalismo monopolista, o Serviço Social tem na chamada “questão social”² a sua base de justificação (Iamamoto e Carvalho, 2005).

¹ Universidade Federal Fluminense

² Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2005, p.77) “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Olhar para o debate dos fundamentos no Serviço Social é tarefa imprescindível para compreender quais são as matrizes teóricas que influenciaram e influenciam o corpo de profissionais que atuam nos diversos espaços sócio-ocupacionais ontem e hoje no Brasil, e, com isso, marcam e moldam a atuação dos mesmos no enfrentamento das expressões da questão social - atuação esta que está sempre necessariamente pautada por certo referencial teórico-metodológico e ético-político (Guerra, 2018).

Em vista disso, o presente artigo tem como objetivo central abordar a importância do debate sobre os fundamentos para o Serviço Social. Para tanto, o recurso metodológico escolhido foi a revisão bibliográfica de autores críticos, como Guerra (1997, 2018), Simionatto (2018) e Yazbek (2018), que se debruçaram sobre o tema, e em suas pesquisas tratam das principais correntes teóricas que dimensionaram e continuam a (re)dimensionar o Serviço Social.

Na primeira seção é feito um breve resgate sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, sua relação com a doutrina social da Igreja e com o positivismo. Em um segundo momento, apresentamos sinteticamente a teoria social de Marx e explicitamos como se deu a articulação desta com o Serviço Social no Brasil. Por fim, apresentamos as considerações finais, assinalando os desafios e possibilidades enfrentados pelo Serviço Social na contemporaneidade.

II BREVE RESGATE SOBRE O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para falar sobre o emergente perfil do Serviço Social no Brasil, é imprescindível ter em mente o papel fulcral que a Igreja Católica vai exercer nesse processo. Ela vai ser responsável “pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros” (Yazbek, 2018, p. 51).

O vínculo entre o Serviço Social e a igreja católica que marca as origens da profissão, faz com que esta se desenvolva tendo um forte caráter conservador, de forma que a abordagem da questão social nesse momento é feita situando-a “como um problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem” (Yazbeck, 2018, p. 52). Nesse contexto a questão social ganha um trato individualizante, psicologizante e moralista, tendo

e repressão.”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como principal referencial orientador o pensamento social da igreja, que, como aponta Yazbek (2018) tem um cunho humanista conservador e se opõe tanto ao ideário liberal quanto socialista. Importante frisar que esse momento de gênese, marcado por ações caritativas e assistencialistas, precede a profissionalização do Serviço Social no Brasil.

Sob forte influência de duas encíclicas papais - a *rerum novarum* (1891) e a quadragésimo ano (1931) -, é justamente na doutrina social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino, que se encontram as bases de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Por esse motivo, Yazbek (2018, p. 53) afirma que:

O conservadorismo será, pois, uma marca fundante da emergência do Serviço Social brasileiro e não significa apenas a presença de ideias conservadoras e antimodernas resultantes da herança intelectual do século XIX, mas de ideias que, atualizadas, se transformam em bases de manutenção da ordem capitalista.

Na década de 1940 o aumento expressivo nas demandas por bens e serviços, suscitadas pelos trabalhadores, fez com que o Estado brasileiro fosse pressionado a elaborar ações no âmbito social, e, assim, o Estado começa a intervir de modo direto “no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento de necessidades sociais da população” (Yazbek, 2018, p. 56).

Nesse sentido, vê-se que o surgimento da profissão

não surgiu da simples evolução das protoformas que sustentaram as ações de cunho religioso-assistencial, mas de um processo de ruptura-continuidade demarcado pelas determinações estabelecidas pelo mercado de trabalho que requisitou o Serviço Social como uma das profissões que atuaria com as refrações da questão social, inscrita na luta de classes da época e explicada pela “Lei Geral de Acumulação Capitalista” (Marx, 1984, p. 187) (Moljo e Siqueira, 2018, p. 118-119).

O mercado de trabalho do emergente Serviço Social brasileiro, que até então estava praticamente circunscrito e limitado ao âmbito privado (patrocinado principalmente pela Igreja Católica) encontra no Estado, graças à criação de políticas no campo social, uma ampliação nas suas possibilidades de intervenção. Nas palavras de Yazbek,

Nesse contexto, a profissão amplia suas áreas de ação, assume um lugar na execução das políticas sociais públicas e, a partir daí, tem seu desenvolvimento relacionado com as requisições de um Estado que passa a intervir nas relações sociais pela mediação de políticas no campo social. Há então uma reorientação da profissão, que, para atender às

novas configurações do desenvolvimento capitalista, avança na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional. *Esse processo mantém a profissão no caminho do pensamento conservador pela junção do discurso humanista cristão com um suporte técnico científico de base positivista*, configurando o que lamamoto (2011) vai designar como um “arranjo teórico doutrinário” (2018, p. 56, grifo nosso).

É a matriz positivista, embebida na sua “apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (idem, *ibidem*) e da realidade social, que fornece o primeiro suporte teórico-metodológico para a profissão, em um momento no qual se torna necessário uma maior qualificação técnica para a prática profissional. Contudo se faz mister pontuar que a apreensão da realidade tendo como norte a matriz positivista faz com que os profissionais do Serviço Social não superem o plano da imediatez dos fatos, e se mantenham longe de conseguir realizar uma crítica radical da sociabilidade burguesa.

Se é certo afirmar que o positivismo exerceu um papel revolucionário na transição do sistema feudal para o sistema capitalista em solo europeu, é também imprescindível reconhecer que, na primeira metade do século XIX, após a ascensão burguesa e a consequente consolidação do poder político nas mãos da burguesia, assistimos um giro teórico marcado pelo abandono dos ideais da burguesia revolucionária, e o positivismo começa a se vincular cada vez mais ao pensamento conservador.

Considerado “o pai do positivismo”, foi Comte que “transformou o positivismo original legitimador da burguesia revolucionária em *força legitimadora* da burguesia vitoriosa, força justificadora do conformismo à ordem instaurada quando a dominação de classe da burguesia se consolidou” (Netto, 2020, p. 180). Dessa forma, o positivismo, alinhado aos interesses burgueses, torna-se “um instrumento da apologia da ordem estabelecida” (idem, p. 182).

Durkheim, outro importante pensador influenciado pelo que Netto (2020) denominou de “espírito positivo”, chega a escrever que “os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper a seu arbítrio. [...] Por consequência, *as revoluções no sentido próprio do termo são coisas tão impossíveis como os milagres*” (Durkheim, 1975, p. 485, grifo nosso).

Segundo Guerra, a lógica formal-abstrata, que subjaz a matriz teórica positivista,

trata os fenômenos e processos sociais como coisas, “exteriores, superiores e anteriores



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aos homens” e por isso independente da vontade dos sujeitos (Cf Durkheim, 1984). *Forja, mistifica, nega, os aspectos ontológicos da realidade e, conseqüentemente, a possibilidade de o sujeito intervir sobre essa realidade* que, segundo o pensamento conservador, é dada objetivamente por conexões causais, possui uma legalidade férrea e uma “positividade” que *garante a manutenção, cristalização e permanência de determinadas formas de comportamento e pensamento* sob e sobre a ordem social burguesa (1997, p. 6, grifos nossos).

Conforme aponta a autora, podemos afirmar que a racionalidade hegemônica da ordem burguesa reside precisamente no pensamento formal-abstrato, com a matriz positivista e suas derivações (estruturalismo, estrutural-funcionalismo, teoria sistêmica e outras). Contudo, urge registrar que “com isso não se pretende afirmar que haja um único padrão de racionalidade vigente na ordem burguesa (...) *o que se quer enfatizar é que há uma afinidade entre um determinado padrão de pensamento e ação e o processo de produção, acumulação e reprodução capitalista*” (Guerra, 1997, p. 7, grifo nosso).

A observação de Guerra sobre a afinidade existente entre um dado padrão de pensamento e ação por um lado, e, por outro, o processo de produção, acumulação e reprodução da ordem capitalista, caminha no mesmo sentido da defesa de Thompson, quando este afirma que “certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes” (Thompson, 1979, p. 315 apud Mattos, 2012, p. 86). Thompson vai ser ainda mais enfático, e defender que “não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são *duas coisas que constituem as faces da mesma moeda*” (idem, ibidem, grifo nosso).

Guerra (1997, p. 7) da continuidade afirmando:

fazer a crítica da racionalidade formal só é possível se partirmos de uma racionalidade que seja ao mesmo tempo crítica e dialética e que busque os fundamentos ontológicos do ser social, visto que ser e pensamento são instâncias diferenciadas da realidade, com determinado grau de autonomia, mas que mantém entre si uma indissolúvel unidade.

III MARXISMO E SERVIÇO SOCIAL

Ao contrário da racionalidade formal-abstrata que subjaz o positivismo e suas derivações, a racionalidade inclusiva - que subjaz o materialismo histórico dialético - “dá conta, não de suprimir ou de manipular as contradições, mas de compreender que é exatamente nos processos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais que estas contradições se explicitam e, por se explicitarem nos processos sociais, a análise destes possibilita sua apreensão e permite sua compreensão” (Guerra, 1997, p. 8).

Como sinaliza Guerra, a racionalidade crítico dialética tem a capacidade de

partindo do procedimento de abstração, através de múltiplas e complexas determinações, alcançar os conteúdos mais concretos, os vínculos e mediações mais estreitos e as determinações mais predominantes dos fenômenos, em tempos e espaços historicamente situados, dado que completa o ciclo realizando o “caminho de volta” e ao fazê-lo alcança o concreto num processo de síntese (idem, *ibidem*).

Se no positivismo essência e aparência coincidem, na teoria social marxista essa relação não é imediata, posto que a aparência, ao mesmo tempo em que revela, também oculta a essência. Nas palavras de Marx (1985, p. 939) “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (a aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. A teoria social marxista vai sustentar, dessa forma

um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório, movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nessa matriz *o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico*. Nessa matriz, *a teoria expressa o processo de movimento histórico do real*. O objeto do pesquisador é ir além dessa aparência (Yazbek, 2018, p. 66, grifos nossos).

O conhecimento, partindo da perspectiva marxista “é o conhecimento das determinações de múltiplas ordens que interagem e encontrar suas relações é buscar mediações que a constituem”, por isso, o conhecimento não se dá de forma imediata, sendo necessário ultrapassar o que está posto na imediaticidade para chegar “à síntese de múltiplas determinações”, síntese esta que Marx denominava como “concreto”. Cabe destacar que o concreto não é fruto do pensamento. O concreto “já está dado, mas sua imediaticidade impede que essa concreção apareça”, e, por isso, é através do pensamento que o concreto vai passar por um processo de reconstrução da sua própria constituição (Yazbek, 2018, p. 67).

Ainda em se tratando da teoria social de Marx, cabe chamar atenção para uma categoria específica, qual seja: a totalidade. Categoria esta que, como aponta Yazbek (2018), adquire um papel central dentro do método marxista. Inclusive para Lukács (1979, p. 14) “é o *ponto de vista da totalidade*, e não a *predominância das causas econômicas* na explicação da história que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (apud Yazbek, 2018, p. 67 grifos nossos).

Guerra (1997, p. 4) sinaliza que a busca pela apreensão da totalidade - através da qual o movimento histórico da realidade social se constitui - não pode prescindir da “realização da crítica à racionalidade dominante, do padrão e dos critérios de cientificidade e de objetividade que sustentam o paradigma hegemônico nas ciências sociais”. Nas palavras da autora

A racionalidade crítico-dialética recolhe suas categorias analíticas na própria realidade, percorre-as, estabelece seus vínculos, sai em busca das mediações, satura seus objetos de determinações e reproduz, ao nível do pensamento, as múltiplas e complexas relações que se estabelecem na realidade. Nessa busca da *totalidade*, a interrelação entre as categorias da realidade dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes. É neste sentido que a perspectiva da totalidade deve ser compreendida não como um fato formal do pensamento, mas como *modo de ser do existente* (Guerra, 1997, p. 11).

A apreensão da realidade, pautada no método marxista, permite que a gente possa compreendê-la “não apenas na sua objetividade, mas na sua processualidade ou, ainda, enquanto devir social” (Guerra, 1997, p. 12).

É por entender a realidade em sua processualidade histórica, ou enquanto “devir social”, ou seja, enquanto uma realidade viva e em constante movimento, que, através da teoria social de Marx, conseguimos enxergar as possibilidades de mudanças, transformações e/ou rupturas na ordem social vigente. Como sinaliza Yazbek, o

processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é complexo e contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de *uma totalidade em permanente movimento e reelaboração*, na qual o *mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação* (Yazbek, 2018, p. 49, grifos nossos).

Logo, apreender a realidade através da matriz teórica marxista implica assumir que a possibilidade de mudança está inscrita na própria realidade, possibilidade esta que não aparece quando têm-se a matriz positivista como solo metodológico, conforme já abordado anteriormente.

Netto (2009), ao abordar a questão da inserção do pensamento social de Marx no Serviço Social brasileiro, aponta que seria possível, sinteticamente falando, reconhecer dois grandes momentos que marcaram essa inserção: o primeiro diz respeito ao período do final dos anos 1970 até fins de 1980, e o segundo, do final de 1980 até os dias de hoje.

O ponto de partida dessa trajetória é, certamente, o Movimento de Reconceitualização desencadeado na América Latina entre 1965-1975, marco de rompimento com as premissas do tradicionalismo profissional norte-americano e de afirmação de novas bases teóricas, éticas e políticas para a profissão (Simionatto, 2018, p. 89).

Segundo Simionatto, durante a ditadura empresarial-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 “a experiência reconceitualizadora e sua tendência de inspiração marxista não encontrou possibilidades de florescer em solo brasileiro” (2018, p. 89). Nesse período histórico da nossa formação social houve sim uma modernização e renovação no que diz respeito à dimensão técnico-operativa da profissão, porém essa modernização não veio acompanhada de uma alteração substancial dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos dos profissionais do Serviço Social, que ainda se mantinha preso “as premissas do pensamento conservador, especialmente vinculadas à matriz positivista” (idem, *ibidem*).

No entanto, foi durante a ditadura empresarial-militar, especificamente entre os anos de 1972 e 1975, que teve início um movimento de “forte crítica ao tradicionalismo profissional, mediante a construção de um projeto ancorados nos pressupostos marxistas, voltado à formação acadêmica e aos quadros profissionais” (Simionatto, 2018, p. 89). O grupo que esteve à frente desse movimento de crítica que começava a aparecer no seio do Serviço Social provinha da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Vale chamar atenção para o fato de que em um contexto marcado pela ditadura brasileira, diante de tamanha censura e repressão, foi apenas dentro de uma universidade privada e católica que foi possível lançar as bases para o questionamento sobre o Serviço Social tradicional. Como aponta Simionatto, “a proposta denominada de “Método de Belo Horizonte” ou “Método BH”, mesmo que por meio de um “marxismo sem Marx”, demarca, teórica, ideológica e politicamente, a aproximação do Serviço Social brasileiro às ideias marxistas” (*ibidem*).

A dissertação de mestrado defendida por Iamamoto, intitulada “Legitimidade e crise do Serviço Social” no início dos anos 1980, assim como o trabalho desenvolvido por ela junto com Raul de Carvalho que culminou na obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” vão marcar a “maioridade intelectual” do Serviço Social nessa aproximação com o pensamento da teoria social marxista (Netto, 1991).

A conjuntura marcada pelo fim da ditadura militar, as lutas pela democratização da sociedade, o retorno das eleições diretas, a elaboração e a aprovação da Carta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Constitucional de 1988 reverberam na direção social assumida pela profissão, em consonância com os interesses e lutas da classe trabalhadora. Tal posicionamento, reafirmado no Código de Ética de 1996, evidentemente deita raízes na tradição marxista e na busca de sua incorporação como fundamento teórico-metodológico para a formação profissional. É nesse processo histórico que “o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país” (Iamamoto, 2009, p. 4-5). Tal projeto adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996) (Simionatto, 2018, p. 93).

É a partir da concepção crítica, pautada na teoria social de Marx, que podemos compreender que “a base de fundamentação da profissão [só pode ser encontrada] na realidade social que engendra as particularidades do capitalismo em diferentes estágios e sua complexificação nos diferentes modelos de produção adotados na direção da preservação do sistema” (Guerra, 2018, p. 37).

assim é que ter a realidade social como fundamento significa que são as contradições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as contradições de classe, constroem a história (idem, ibidem).

É nesse solo, a partir do adensamento da inserção da perspectiva marxista no seio da profissão, verificada através da “produção teórica, da pesquisa, da organização da categoria, de seu posicionamento político e da nova direção social assumidos para a formação profissional” (Simionatto, 2018, p. 92), que torna-se possível reconhecer que o Serviço Social é uma profissão que “só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de reprodução de relações sociais (Iamamoto, 2011) que configuram a própria reprodução social da vida” (Yazbek, 2018, p. 48).

É também a partir dessa perspectiva teórica que vai ser possível identificar como o Serviço Social, através da sua atuação, responde a demandas que provêm tanto diretamente do capital, quanto demandas oriundas da classe trabalhadora

A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma *estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (Iamamoto, M. V. & Carvalho, R, 2005, p. 75).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É só a partir da teoria social de Marx, da crítica à economia política, da compreensão sobre os fundamentos da realidade social, que é complexa, contraditória, e está em constante movimento, que é possível garantir uma atuação profissional comprometida com os princípios defendidos no Código de Ética de 1993 e com a Lei de Regulamentação da Profissão de 1996.

Importa, contudo, chamar atenção para o que Guerra (2018) denomina de unidade ontológica “entre a fundamentação teórica e o exercício profissional”, fazendo com que, apenas o domínio teórico dos clássicos, inclusive da teoria social de Marx, seja insuficiente para formação de profissionais do Serviço Social competentes. Segundo a autora “se se quer formar assistentes sociais competentes do ponto de vista ético, político e técnico, é preciso destacar o trabalho profissional, permitindo uma formação que apreenda a totalidade das dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (Guerra, 2018, p. 38).

É necessário que nos apossamos da teoria; que a teoria se converta em arma da crítica (Marx, 2010, p.151), ou seja, que o referencial teórico-metodológico se constitua *em instrumento de leitura e interpretação da realidade*, enfim, de conhecimento da realidade que capacite assistentes sociais na formulação de propostas alternativas às atuais requisições institucionais (Guerra, 2018, p. 32).

É certo que não há uma identidade imediata entre teoria e prática, o que existe é uma relação de unidade na diversidade (Guerra, 2018), porém consideramos que é só a partir de um amplo domínio, de uma apreensão profundamente radical (no sentido de que vá a raiz) da teoria social de Marx, que é possível transformá-la de fato em arma da crítica. Esse é um dos maiores desafios impostos aos assistentes sociais, qual seja: a apropriação do referencial teórico-metodológico marxista de forma que este possa subsidiar uma atuação profissional de fato comprometida com os interesses da classe trabalhadora, classe com a qual nos vinculamos através do nosso projeto ético-político, e da qual também fazemos parte.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora apresentado tentou elucidar a importância do debate sobre os fundamentos no âmbito do Serviço Social, apresentando de forma breve e esquemática como se deu a articulação da profissão com diferentes teorias sociais desde o momento da consolidação da profissão, até os dias de hoje.

Se é certo dizer que o projeto ético-político dos assistentes sociais, materializado através do Código de Ética (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e das Diretrizes Curriculares (1996) transformou a direção social da profissão, construindo um sólido compromisso com a classe que vive do trabalho (Antunes, 1995), não podemos desconsiderar que para efetivação desse compromisso inúmeros percalços estão colocados na ordem do dia.

Por mais que o projeto ético-político do Serviço Social esteja pautado em uma teoria social inclusiva - na teoria social de Marx -, o fato de estarmos inseridos no modo de produção capitalista, no estágio monopolista do capital (Lenin, 2008), em um país dependente e periférico (Marini, 2017), sob a égide da racionalidade formal-abstrata enquanto modelo hegemônico particular referente a este ordenamento social faz com que a profissão (que precisa ser compreendida inscrita nessa realidade) seja impactada por esse racionalismo formal-abstrato, que “vem exercendo predominância nas formas de ser e pensar o/no Serviço Social, nas teorias e práticas da profissão e, conseqüentemente, tem sido historicamente uma mediação à formação profissional” (Guerra, 1997, p. 6).

Entendendo que o corpo profissional se constitui em um espaço de lutas e tensões, “mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo” (Netto, 1999, p. 96), e é preciso reconhecer que “em tempos de acirramento da ofensiva conservadora, a fundamentação teórica marxista vem sendo contínua e cotidianamente confrontada” (Simionatto, 2018, p. 102). Mais do que nunca torna-se imprescindível

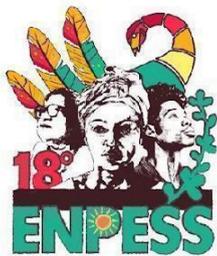
Realizar a “análise concreta de situações concretas” e do movimento contraditório do real [o que] exige um universo teórico oposto ao pensamento liberal. Os parâmetros dessa racionalidade capitalista só podem ser enfrentados através da razão crítica e dialética, ou seja, do marxismo, sendo esta “a metodologia histórica mais adequada à realidade e à verdade” (Gramsci, 1999, p. 184) (Simionatto, 2018, p. 107).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

DURKHEIM. *Textes. 3. Fonctions sociales et institutions.* Paris: Minuit, 1975.

GUERRA, Yolanda. *A ontologia do ser social: bases para a formação profissional.* Revista Serviço Social e Sociedade, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp. 25-46.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica*. 17ªed. São Paulo: Cortez/Celats, 2005

LENIN, Vladimir Illich Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed, São Paulo: Centauro, 2008.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MARX, Karl. *O Capital*, livro 3, vol. 6. São Paulo: DIFEL - Difusão Editorial, 1985.

MOLJO, Carina Berta, Silva, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. GUERRA, et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp. 115-148.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. *A construção do projeto ético - político do serviço social frente à crise contemporânea*. Capacitação em serviço social e política social, módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, p. 93 – 110, 1999.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD e UnB, 2009.

NETTO, Leila Escorsim. Notas para uma aproximação ao positivismo. FORTI, V. e GUERRA, Y. *Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social*. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, numero 1. Fortaleza. Socialis, 2020.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. GUERRA, et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp.85-114.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp. 47-84.